

Apontamentos sobre o lazer e o património urbano edificado no centro histórico de Vila Nova de Gaia¹

Eduarda Lago Ferreira²

O centro da cidade apenas se tornou objecto prioritário de investigação a partir dos anos 20, com a Escola de Chicago que contribuiu para a análise da evolução, do crescimento e do declínio das cidades, e que privilegiava o estudo das características históricas e funcionais da área. A cidade era entendida como um organismo natural e não como uma construção social.

No contexto da reconstrução europeia, após a II Guerra Mundial, reforçou-se o interesse pelo centro da cidade com vista a ultrapassar a degradação que se considerava estar a sofrer, numa perspectiva funcionalista a que não era alheia a vontade dos governos europeus. Este facto contribuiu também para o destaque alcançado pelos urbanistas e arquitectos nesta abordagem. Na época, o forte interesse pelo centro da cidade levava a procurar a sua renovação, o que significava destruir total ou parcialmente o edificado, caso fosse considerado um freio à evolução, substituindo-o por novas construções, sem tomar em consideração o seu valor estético ou histórico.

Este entendimento da renovação urbana prende-se com o conceito de património que então dominava: apenas os monumentos históricos artísticos construídos antes da Revolução Industrial eram vistos como bens patrimoniais, excluindo-se obras de épocas mais modestas e de época mais recentes e conjuntos urbanos. Frequentemente tal destruição realizava-se mesmo com o propósito de valorizar o património: arrasavam-se os edifícios que rodeavam os monumentos com a intenção de estes ganharem maior destaque, proporcionando-lhes as melhores perspectivas, sempre com o pretexto de contribuir para combater a insalubridade dos bairros antigos.

A partir dos anos 60 sobem de tom as críticas ao urbanismo racionalista, e em particular ao zonamento funcional, isto é, à organização do território separando por distintas áreas as diferentes funções que nele ocorriam, sendo as

¹ Trabalho realizado com o apoio financeiro do "Sub-Programa Ciência e Tecnologia" do 2.º Quadro Comunitário de Apoio. ² Socióloga.

mais importantes habitar, trabalhar, recrear-se e circular. Constatam-se que o zonamento funcional conduz ao afastamento entre a habitação e as áreas centrais das cidades e à perda de outras funções nas áreas residenciais, retirando a animação social nas primeiras horas do período laboral, e gerando problemas sociais nas segundas.

Começa a considerar-se que o centro da cidade se caracteriza pela sua cultura, ética, valores e instituições, vividos no quotidiano, e não apenas pelos aspectos económicos e sociais. Os críticos do funcionalismo chamam a atenção para o facto de aquela abordagem se limitar a determinadas funções ignorando os aspectos lúdico e simbólico, designadamente.

Ainda na década de 60, surge o entendimento da cidade como objecto patrimonial autónomo. A noção de património urbano engloba obras posteriores à Revolução Industrial e, na prática, a salvaguarda começa a incluir o tecido urbano, para além dos monumentos. A legislação criada com incidência sobre a salvaguarda do património edificado reflecte a preocupação com a qualificação do espaço urbano, mas as intervenções são variadas. Consoante se adopta uma doutrina intervencionista ou anti-intervencionista de salvaguarda do património, as intervenções orientam-se respectivamente para objectivos de reutilização do património ou para a protecção incondicional.

Principalmente a partir da década de 80, a salvaguarda do património de tipo intervencionista compreende diversos tipos de tentativas de valorização do património, de que destacamos:

- a conservação e o restauro, assinalando as intervenções realizadas, uma vez que o passado nunca se pode reconstituir de um modo perfeito;
- a designada *mise en scène*, ou seja, encenação, que consiste em apresentar um monumento como um espectáculo (é o caso da iluminação nocturna);
- a animação, que utiliza a mediação entre o património e o público, através de intermediários humanos ou não, de modo a torná-lo mais acessível (ou consumível?) para o grande público;
- a modernização, em que uma construção nova é colocada no monumento ou na sua proximidade;
- a *conversion en espèces*, que designa o aluguer dos monumentos ou a sua utilização como suporte publicitário, por exemplo;
- a distribuição, que procura proporcionar uma melhor acessibilidade ao património (por exemplo, através da criação de parques de estacionamento);
- a reutilização, entendida como utilização de um monumento desafectado para um uso igual ou diferente do original ou daquele para o qual foi concebido;
- e finalmente, a integração das cidades e conjuntos antigos na vida contemporânea, conservando-os vivos, humana e funcionalmente.

Estes meios de salvaguarda constituem, por vezes, a associação do património histórico edificado com a 'indústria da cultura', que o transforma

num produto de consumo, com um aumento do público interessado no património devido à democratização (e uniformização) do saber e do lazer.

Frequentemente, a conservação e a valorização do património tem por consequência a gentrificação, ou seja, a vinda para as áreas históricas de uma população com um nível sócio-económico mais elevado do que aquela que residia antes das intervenções, com a expulsão desta e do comércio e serviços tradicionais que a serviam por não conseguirem competir por motivos financeiros. Mas o processo de gentrificação pode ser a causa ou a consequência de uma reestruturação urbana e pode ser um fenómeno espontâneo ou induzido pelas políticas públicas. Aliada ao processo de gentrificação está, muitas vezes, a terciarização, que cria uma degradação e um esvaziamento das áreas onde ocorre, originando sérios custos sociais.

Contudo, devemos recordar que o conceito de património histórico edificado e as operações de valorização dependem de um contexto mais vasto: a evolução dos territórios, em virtude de determinados processos e transformações sócio-económicas e políticas. A crise financeira dos governos nacionais, a internacionalização da economia, a crescente importância do consumismo, a desterritorialização, a evolução das técnicas de transporte e de comunicação, as grandes redes de equipamentos e o aumento do tempo de lazer têm influenciado o valor atribuído no presente ao património urbano edificado e têm conduzido a um aumento da competição entre os territórios, o que leva os agentes dos centros históricos a utilizarem o marketing urbano, em parte através de iniciativas ligadas ao lazer e ao turismo.

Isto justifica-se porque, actualmente, o património cultural começa a ser tido em conta nas estratégias do turismo (dado o aumento do número de turistas cuja motivação principal ou secundária é o património), de tal modo que a sua salvaguarda tornou-se importante para a promoção turística. Para o crescimento do turismo urbano e do turismo cultural contribuíram factores ou tendências como o fraccionamento do período de férias, a propensão para este tipo de turismo nas férias de curta duração, o aumento da escolaridade, o aumento do turismo de idosos (devido ao envelhecimento da população e à diminuição da idade da reforma), e a melhoria das condições de vida das populações. Ainda que actualmente o turismo urbano e o turismo cultural sejam muitas vezes um complemento do turismo balnear, simultaneamente exigiram e tornaram-se uma possibilidade (tendo em conta benefícios económicos) e um instrumento de revitalização da cidade, ainda que também possam acarretar impactos negativos.

Em Portugal, a legislação com incidência sobre a salvaguarda dos centros históricos tem uma história muito recente. O Estado Novo promoveu a recuperação urbana mas esta traduziu-se numa política de obras públicas assente no conceito de embelezamento. Em 1944 surge a imposição de elaborar planos de urbanização em todas as sedes de concelho, mas só em 1970 foi regulamentada a política de solos.

Na segunda metade da década de 70, a Lei dos Solos foi reformulada e já adoptado o nível infra-municipal com a Declaração de Áreas Críticas de Recuperação e Reconversão Urbanística, para áreas urbanas muito degradadas. Em 1982, institui-se o Plano Director Municipal, que se sobrepôs a outros planos.

Ainda na década de 80, foi estabelecido o Programa de Reabilitação Urbana, mais tarde substituído pelo Programa de Recuperação de Áreas Degradadas, que conduziu à criação de Gabinetes Técnicos Locais e, nalguns casos, de Gabinetes de Centro Histórico.

Estes programas denotam a actual preocupação de qualificação do espaço urbano, em detrimento dos planos de expansão, através de Planos de Pormenor e de projectos urbanos que, no entanto, assentam fundamentalmente num aproveitamento de subsídios, de que é exemplo o RECRIA - Regime Especial de Participação e Recuperação de Imóveis Arrendados. Estas operações de requalificação têm sido levadas a cabo um pouco por todo o país, apesar da falta de instrumentos regulamentares de desenvolvimento (como a Lei Malraux ou as *Conservations Áreas*), da ausência de cadastros e da relativa inoperância de determinados programas, como o RECRIA, devido ao congelamento das rendas habitacionais e às insuficiências financeiras dos municípios.

Em Vila Nova de Gaia, os Estudos Prévios do Plano Director Municipal começaram a elaborar-se em 1984 e, no mesmo ano, o Executivo da Câmara Municipal aprovou a delimitação da área do Centro Histórico.

Em 1985, a autarquia candidatou-se ao Programa de Reabilitação Urbana e em 1 de Agosto de 1986 foi publicada no *Diário da República* a Declaração de Áreas Críticas de Recuperação e Reconversão Urbanística de Vila Nova de Gaia, que se situam no Centro Histórico. Desde então foram implementadas várias obras do Plano de Reabilitação e Salvaguarda do Centro Histórico de Gaia, embora com um carácter pontual. Entretanto, duas áreas do Centro Histórico foram intervencionadas: a área do Castelo de Gaia foi objecto de um Plano de Salvaguarda, de acordo com orientações do IPPAR, visando a contenção da construção, a beneficiação do espaço público e a reabilitação de empreendimentos essenciais à população residente; a Escarpa da Serra do Pilar tem já elaborado um Estudo Prévio de Plano de Recuperação e Reconversão Urbanística de Área Crítica.

O Centro Histórico de Vila Nova de Gaia pode caracterizar-se como uma área com uma população envelhecida que tem um nível de instrução baixo, uma taxa de desemprego relativamente elevada e que trabalha maioritariamente no sector terciário. Nesta área domina largamente o arrendamento, os edifícios são antigos e a habitação está degradada.

A perda de importância desta área face à freguesia vizinha de Mafamude (antes considerada arrabalde), e mesmo face à cidade do Porto, começou no século passado, com o contributo de diversos factores, tais como: a construção da Ponte Pênsil (inaugurada em 1843, com projecto de Stanislas Bigot); a

construção da Rua de General Torres como acesso à Ponte Pênsil; a ligação ferroviária desde o Porto a Lisboa, em 1864 (até então fazia-se apenas até às Devesas, em Vila Nova de Gaia); a construção da Ponte D. Maria Pia (de Eiffel, concluída em 1877); em 1886, a substituição da Ponte Pênsil pela Ponte de D. Luís I (concebida por Seyring); a construção do Porto de Leixões entre 1884 e 1895; a abertura da Avenida da República já no primeiro quartel do século XX; e por fim, a construção da nova Câmara Municipal, nos anos 20, na referida avenida (que anteriormente funcionava na área do Centro Histórico). Todas estas obras dispensaram a área do Centro Histórico de algumas das suas funções, designadamente políticas, e propiciaram a que se transformasse num local de passagem.

Consolidou-se, contudo, a vocação da área para receber o Vinho do Porto, com a criação do Entreposto de Gaia em 1926 que por lei passa a ser o único local onde se pode armazenar o Vinho do Porto e apenas este vinho.

Actualmente, apesar dos elementos comuns anteriormente mencionados, podem distinguir-se, pelas suas diferentes características, três áreas do Centro Histórico: o Castelo, a Escarpa e a 'concha do Vinho do Porto'. Estas características contrastam com a vitalidade da actividade ligada ao vinho do Porto, como se constata pela criação de várias novas empresas ainda nos últimos vinte anos.³

Conforme verificámos através de um inquérito aplicado à totalidade das empresas de Vinho do Porto que têm ou tiveram instalações na área delimitada do Centro Histórico de Vila Nova de Gaia⁴, o vinho do Porto constitui o motivo da atracção turística da área, que antecedeu a demarcação do Centro Histórico, uma vez que a data de abertura das 'caves' ao turismo começou já em 1913, antecipando-se ao poder local nesta aposta no turismo como meio de promoção. Das dezassete empresas inquiridas, catorze recebem visitas, pelo menos nas 'caves' e no engarrafamento.⁵ Algumas mostram ainda as suas quintas no Douro e a sua própria tanoaria.

Os motivos que referem ter conduzido a esta abertura ao turismo concentram-se sobretudo na vontade de promover ou divulgar as suas marcas e o produto, salientando a importância da publicidade informal feita pelos visitantes. Outras razões apontadas por menos empresas foram: "satisfazer a procura"; "vender/ganhar dinheiro no imediato"; "transmitir a imagem da empresa", "divulgar a marca para a exportação", e "atingir o mercado português".

Os meios utilizados para promover as visitas às 'caves' são sobretudo as agências de viagens e os angariadores de rua, ainda que tenham também

³ Cinco empresas foram criadas desde 1977.

⁴ Apenas uma das empresas não respondeu ao inquérito, a Rozés Lda.

⁵ As referidas empresas fazem-no desde as seguintes datas: 1913,1946,1952, 1964, 1967,1967,1973,1974,1978,1985,1987,1991,1992 e 1993.

referido os guias oficiais, os hotéis, os operadores turísticos e os postos de turismo das Câmaras Municipais.

Finalmente, de acordo com as respostas obtidas, apenas podemos comparar os cálculos do número de visitantes às caves de Vinho do Porto para os anos de 1995 e de 1996, anos para os quais a generalidade das empresas abertas ao turismo apresentou dados. Este número situa-se aproximadamente entre os 497.000 visitantes, em 1995, e os 521.000, em 1996. Contudo, só uma empresa apresentou os números exactos e correspondentes ao ano inteiro; três das empresas entrevistadas não apresentaram valores desse número, afirmando não os ter; e as outras apenas registam as visitas na época alta. Acresce que algumas delas baseiam os seus cálculos na contabilização dos visitantes que compram vinho na visita. Portanto, podemos depreender que o número apresentado estará subestimado. Por outro lado, o número de visitantes é muito discrepante entre as várias empresas: varia desde 2.200 até aos 150.000 visitantes por ano.

Conclui-se que, de facto, esta área de Vila Nova de Gaia recebe uma elevada quantidade de turistas devido ao vinho do Porto e que as empresas de vinho do Porto compreenderam a procura, ou apostaram neste modo de promoção do vinho e da marca, independentemente da qualidade urbana da área onde se situam. Não houve um aproveitamento do turismo existente, foram estas empresas as responsáveis pela atracção turística ainda antes de o poder político considerar o valor patrimonial da mesma.

Quanto ao património monumental, não deverá contribuir para o afluxo de visitantes, na medida em que não parece estar a ser explorado do ponto de vista do turismo⁶. De entre o património classificado do concelho de Vila Nova de Gaia, dois dos três Monumentos Nacionais situam-se na área do Centro Histórico, sendo eles: a igreja e o claustro do Mosteiro da Serra do Pilar e a Ponte D. Maria Pia⁷. No que se refere aos Imóveis de Interesse Público, estão classificados seis do total de catorze existentes no concelho, que são: a Sala do Capítulo, o refeitório, a cozinha, a torre e a capela do Mosteiro da Serra do Pilar; o Paço de Campo Bello, incluindo a capela e todo o conjunto circundante; a Casa Barbot; a Ponte D. Luís I; a Igreja de Santa Marinha; e a estação arqueológica do Castelo de Gaia⁸.

Há ainda património que foi objecto de deliberação autárquica, tendo sido considerado de Interesse Concelhio e constando do Inventário do Património

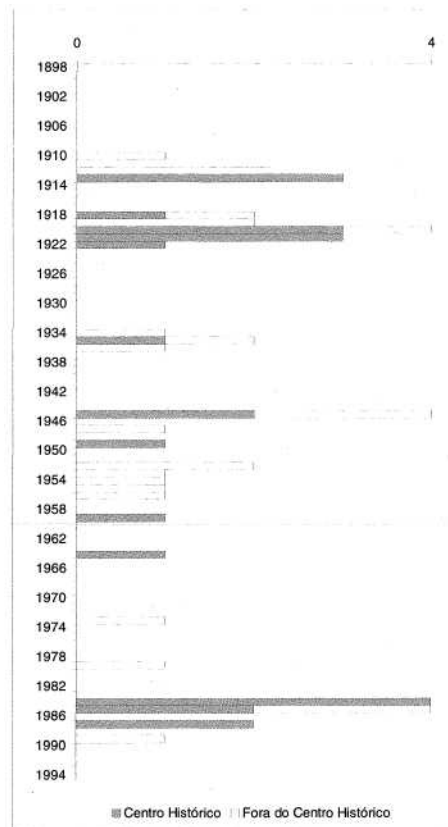
⁶ O interior dos monumentos/imóveis fechados é inacessível para o público, à excepção das igrejas.

⁷ Decreto n.º 136 de 23 de Junho de 1910 e Portaria n.º 137 de 16 de Junho de 1949 e D.L. 28/82 de 26 de Fevereiro, respectivamente.

⁸ Decreto n.º 25.034 de 11 de Fevereiro de 1935 e Portaria n.º 137 de 16 de Junho de 1949, D.L. 129/77 de 29 de Setembro, D.L. 28/82 de 26 de Fevereiro, D.L. 28/82 de 26 de Fevereiro, Despacho da Secretaria de Estado ACIC de 12 de Julho de 1974 e D.L. 26-A/92 de 01 de Junho, respectivamente.

Construído de Vila Nova de Gaia (Edital de 23 de Julho de 1989) e respectivos aditamentos. Estão situados no Centro Histórico de Vila Nova de Gaia: a Casa dos Maravedis; o Pelourinho de Vila Nova de Gaia; o Mosteiro de Corpus Christi; e o conjunto formado pelo Convento de Santo António de Vale da Piedade, incluindo o claustro, os jardins, os bosques e as construções existentes dentro da cerca.

Gráfico 1 - Número de armazéns de vinho construídos na freguesia de Santa Marinha entre 1898 e 1994



Fonte: Pedidos de licença de Obras Particulares que obtiveram licença de habitabilidade, 1998-1994. Arquivo Geral da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia.

De resto, a intervenção da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia na defesa do património do Centro Histórico e na dinamização desta área, parece incidir sobretudo nesta vertente de classificação e de elaboração de planos, de modo a proteger esta área relativamente a futuras obras. No que respeita a acções de reabilitação, a própria Câmara Municipal reconhece ter implementado

apenas acções pontuais de reduzido efeito⁹. No entanto, os objectivos da Câmara Municipal a este respeito vão no sentido de "[...] atacar programadamente quer os problemas sócio-económicos da população residente, quer a qualidade da oferta turística e de lazer, quer a reabilitação ambiental e patrimonial dos espaços públicos, escarpas e quarteirões residenciais, sem alteração significativa da morfologia e carácter arquitectónico da Frente [Urbana da Ribeira] e do Castelo e encostas adjacentes."¹⁰

O edificado mais modesto e mais recente não tem sido objecto de operações de reabilitação, embora também não pareça que tenha alterado o aspecto geral da área. Foram poucos os edifícios construídos entre 1898 e 1994, e são raros aqueles posteriores ao final da década de 50. Construíram-se sobretudo edifícios com dois, três ou quatro pisos e mesmo o número de alojamentos criados foi reduzido (656 fogos em quase um século).

Verificamos que apenas no caso dos armazéns de vinho do Porto se construíram mais edifícios no Centro Histórico do que na restante área da freguesia a que pertence e com uma certa regularidade ao longo dos anos, como demonstra o gráfico 1.

Actualmente, a importância do lazer/turismo no Centro Histórico de Vila Nova de Gaia parece-nos indiscutível, quer do ponto de vista da oferta — pela elevada quantidade de estabelecimentos de equipamento de apoio turístico e pela sua importância relativa face aos outros estabelecimentos existentes na área (fig. 1) -, quer do ponto de vista da procura, pelo elevado número de turistas recebidos nos armazéns de vinho do Porto.

No que concerne à localização dos estabelecimentos de apoio turístico, vemos que estão voltados para o rio, abarcando toda a área ribeirinha, incluindo áreas que não têm nenhum outro tipo de estabelecimentos. Quanto aos outros estabelecimentos, os armazéns de vinhos ocupam praticamente toda a área do Centro Histórico e o comércio a retalho (categoria com mais estabelecimentos na área) situa-se nas ruas que tinham a maior parte das actividades económicas em 1899, embora nesta data existissem mais actividades de fabrico e reparação do que comerciais (SILVA, 1898).

No que diz respeito à data de abertura dos estabelecimentos de apoio turístico, observamos que é a partir de 1982 que aumenta o seu número e que estes se diversificam, quer no Centro Histórico quer na restante área da freguesia de Santa Marinha. É também a partir desta data que as duas áreas deixam de se assemelhar quanto ao tipo de equipamento de apoio turístico que oferecem predominantemente: no Centro Histórico começam a surgir principalmente bares e discotecas e fora desta área destaca-se a abertura de confeitarias, em detrimento das casas de pasto, que prevaleciam até então em toda a freguesia. Outra diferença reside na regularidade maior da abertura deste

⁹ Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, 1993: 135,144.

¹⁰ Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, 1993: 135.

tipo de estabelecimentos* após 1982, no Centro Histórico. Uma vez mais, verifica-se que as mudanças ocorridas nesta área no que se refere ao lazer são anteriores à demarcação da mesma.

Quanto à localização destes estabelecimentos, assemelha-se à daqueles que abriram antes de 1984, não se registando tendências distintas recentes de localização, no interior da área. Estes dados revelam a falta de visibilidade, para a população e para os agentes económicos locais, da política da autarquia relativamente à área de estudo e até o desconhecimento de que existe em Vila Nova de Gaia um «Centro Histórico» delimitado.

Dos factos referidos, surge uma interrogação: limitando-se os turistas a visitar as 'caves' de vinho do Porto (de resto, os monumentos classificados nem estão abertos ao público), podemos questionar-nos se, afinal, no território e para esses visitantes, as recentes concepções de património urbano (coerência do conjunto, incluindo a arquitectura mais modesta) não serão meramente teóricas. Nem da parte dos responsáveis pela conservação do tecido urbano, nem da parte dos turistas, a coerência do conjunto urbano (ou ausência dela) parece, na prática, ser importante.

O caso analisado em nada contraria o conhecimento que temos sobre as motivações dos turistas em espaço urbano, sobre o *marketing* turístico e sobre o papel do património para os turistas e para a população local. Confirma-se a importância do património e da oferta de estabelecimentos de equipamento de apoio turístico para a atracção turística da cidade.

Relativamente ao *marketing* turístico, verifica-se o sucesso da concentração num motivo único, para formar uma imagem de marca facilmente reconhecível, que no caso do Centro Histórico de Vila Nova de Gaia são as 'caves' de vinho do Porto.

A importância do património na criação dessa imagem, no caso do Centro Histórico de Vila Nova de Gaia, confirmá-se no caso de considerarmos as 'caves' de vinho do Porto como o património da área que atrai os visitantes. Quanto à população, e embora não tivéssemos testado essa hipótese, apenas sabemos que desenvolveu um sentido de identidade que parece mais ligado ao rio do que propriamente ao património edificado, de acordo com estudos precedentes

Podemos concluir que as potencialidades que o lazer tem para este tipo de território não estão a ser completamente exploradas, o que terá a vantagem de não existirem também impactos negativos importantes.

Bibliografia

- AAW (1909) - *Mea Villa de Gaja (Guia Ilustrado do Concelho de Gaja)*, 2.^a edição.
Empreza Ed. do Guia Ilustrado de Portugal, Porto. AAW (1985)
- *Sociedade & Território*, n.º 2, Fevereiro de 1985. AAW (1991) -
Sociedade & Território, n.º 14/15, Dezembro de 1991.

- AAW (1995) - *Sociedade & Território*, n.º 21, Março de 1995.
- AAW (1992) — *Texto de apoio às saídas de estudo - Área Metropolitana do Porto*. In VI Colóquio Ibérico de Geografia (Setembro de 1992). Faculdade de Letras da Universidade do Porto / Instituto de Geografia, Porto. *Actas do I Encontro Ibérico de Municípios Com Centro Histórico* (1994). Câmara Municipal de Santarém, Santarém. ALHO, C e CABRITA, A. (1988) - Cartas e convenções internacionais sobre o património arquitectónico europeu. *Sociedade & Território*, 6:131-135.
- ASSOCIATION INTERNATIONALE URBANISME ET COMMERCE (1969) — *Le centre des villes a-t-il encore un avenir? Rapports introductifs*. 2.º Congrès International de l'Association Internationale Urbanisme et Commerce. Stockholm, 1969. AZEVEDO, João António Monteiro d' (1881) - *Descrição topográfica de Villa Nova de Gaia* (1ª ed. 1861). Imprensa Real, Porto.
- BAUDRILLARD, Jean (1995) - *A sociedade de consumo*. Edições 70, Lisboa.
- BRANDIS, D. e DEL RIO, I. (1995) - Turismo y medio ambiente de las ciudades históricas. *Anales de Geografía de la Universidad Complutense*, 15, Madrid: 157-167. CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE GAIA (1993) - *Relatório do Plano Director Municipal*. Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia. *Censos 1981*. Instituto Nacional de Estatística, Lisboa. *Censos 1991*. Instituto Nacional de Estatística, Lisboa. CHOAY, Françoise (1965) — *L'urbanisme en question*. In *Urbanisme. Utopies et réalités. Une anthologie*. Editions du Seuil, Paris: 7-83.
- CHOAY, Françoise (1992) - *Ualégorie dupatrimoine*. Editions du Seuil, Paris.
- DAVIES, R.L. e CHAMPION, A.G. (1983) - *The future for the city centre*. Academic Press, Londres. FORTUNA, Carlos (1995) — *Por entre as ruínas da cidade: o património e a memória na construção das identidades sociais*. Centro de Estudos Sociais, 61, Coimbra.
- FORTUNA, Carlos (1996) — *Les centres des villes historiques: tourisme urbain et patrimoine*. Centro de Estudos Sociais, 82, Coimbra. GASPAS, Jorge (1995) — *Do urbanismo em Espanha e Portugal*. *Anales de Geografía de la Universidad Complutense*, 15, Madrid: 351-360. GUICHARD, François (1990) - *Les rapports entre la ville de Porto, hntrepot de Gaia et le vignoble du Douro*. Sep. *Observatório*, 1: 131-139. GUIMARÃES, Gonçalves (1984) - *O centro histórico de Vila Nova de Gaia*. Zona de protecção do património construído: histórico, paisagístico, arquitectónico. *Amigos de Gaia*. GUIMARÃES, Gonçalves (1987) *O comércio dos vinhos de B.Jbadouro e o desenvolvimento medieval e moderno de Vila Nova de Gaia*. Gabinete de História e Arqueologia de Vila Nova de Gaia, Vila Nova de Gaia. INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (1993) - *Classificação portuguesa das actividades económicas (CAE-Rev.2)*, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.

- LEVY, Jean Paul (1987) — *Centres villes en mutation*. Éditions du Centre National de la Recherche Scientifique, Paris.
- Porto a património mundial* Câmara Municipal do Porto, Porto, 1993. POULOT, Dominique (1993) - Le sens du patrimoine: hier et aujourd'hui (note critique). *Annales, Economies, Sociétés, Civilisations*, 6 (Novembro-Dezembro): 1601-1613. PRENTICE, Richard (1993) - *Tourism and heritage attractions*. Routledge, Londres. SANTOS, Boaventura de Sousa (1994) - *Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade*, 3.^a edição (1.^a ed. de 1994). Afrontamento, Porto. SILVA, J. J. Vieira da (1898) - *Almanaque do Porto e seu Distrito para 1899*. JJ. Vieira da Silva - Editor, Porto.

Resumo

O vinho do Porto é o motivo principal das visitas ao Centro Histórico de Vila Nova de Gaia, recebendo as 'caves' cerca de meio milhão de visitantes por ano. A abertura das 'caves' ao turismo ocorreu em 1913.

Desde 1982, esta área tem uma elevada proporção e distribuição de estabelecimentos de equipamento de apoio turístico relativamente aos outros tipos de estabelecimentos, distinguindo-se de outras áreas da freguesia.

A investigação conduzida permitiu verificar uma antecipação dos actores privados (empresas de vinho do Porto e proprietários de estabelecimentos) relativamente aos serviços públicos na exploração do turismo/lazer na área do Centro Histórico de Vila Nova de Gaia.

Palavras-chave: Vila Nova de Gaia, centro histórico, vinho do Porto, turismo, lazer.

Abstract

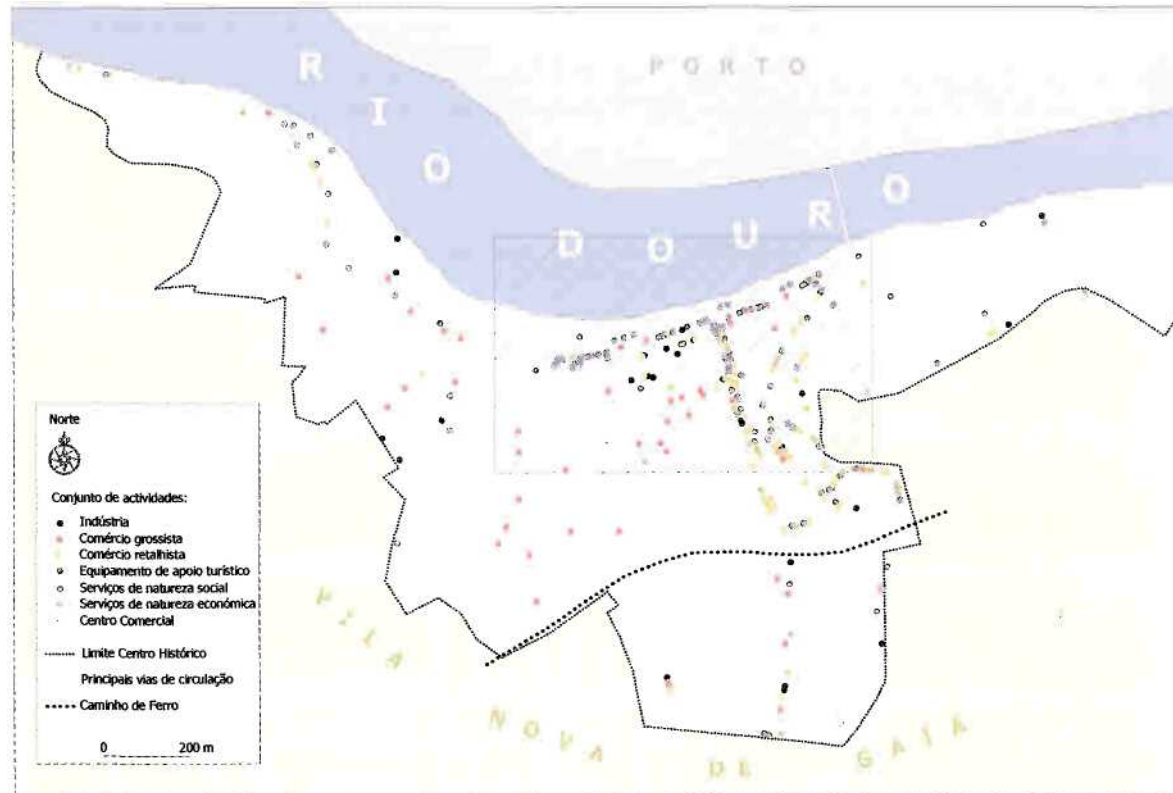
Port wine is the main reason why the Historic Centre of Vila Nova de Gaia is visited. The Port Wine sellers receive around half million visitors per year. They were opened to tourism exploration in 1913.

Since 1982, when compared to other kinds of establishments this área has a high proportion and distribution of establishments connected to the tourism industry.

This investigation allowed to verify an anticipation of the private dealers (Port wine companies and establishment owners) from the public services regarding the exploration of tourism/leisure in Vila Nova de Gaia's Historic Centre.

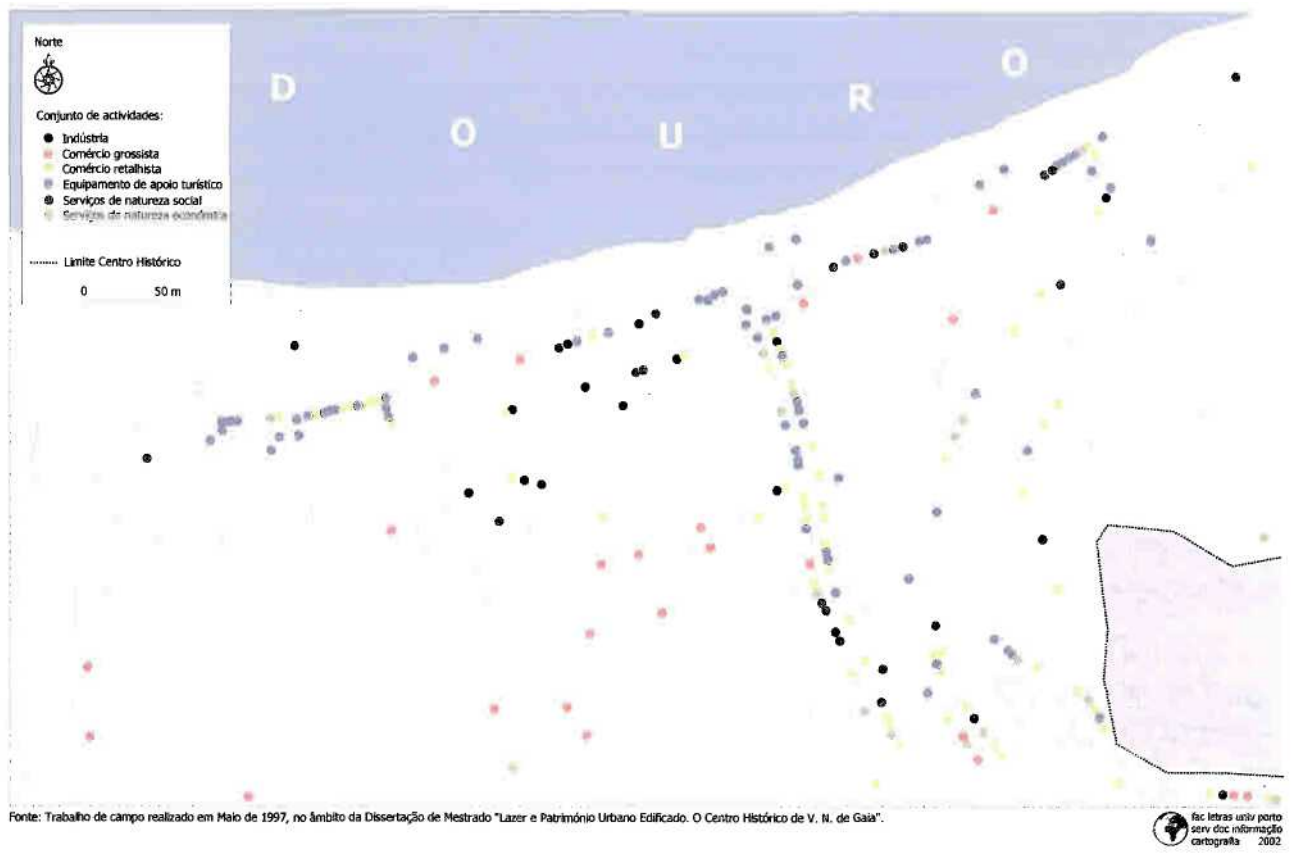
Keywords- Vila Nova de Gaia, historic centre, Port wine, tourism, leisure.

Figura 1 - Distribuição dos estabelecimentos, por conjuntos de actividades, no Centro Histórico de Vila Nova de Gaia, em 1997.



Fonte: Trabalho de campo realizado em Maio de 1997, no âmbito da Dissertação de Mestrado "Lazer e Património Urbano Edificado. O Centro Histórico de V. N. de Gaia".

Figura 2 - Distribuição dos estabelecimentos, por conjuntos de actividades, no Centro Histórico de Vila Nova de Gaia, em 1997 (pormenor do mapa da figura 1)



Eduarda Lago Ferreira